

A SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA NA INTEGRAÇÃO DO INDIVÍDUO NO MEIO EM QUE VIVE¹

Camila Bogado Rodrigues Silva²

Isadora Rezende Almeida³

Marco Holetz de Toledo Lourenço⁴

Talita Ferreira Gomes da Silva⁵

RESUMO

O objetivo deste artigo é retratar o processo de socialização primária, suas particularidades e influências sobre o indivíduo, especialmente sob o ponto de vista sociológico. A partir da pesquisa bibliográfica referenciada nas áreas da Sociologia, Psicologia e ainda nos estudos contemporâneos de brasileiros sobre o mesmo tema, percebe-se a amplitude do assunto na sociedade atual. Verificou-se, no decorrer dos estudos, que o tema socialização primária é atemporal, pois esse processo pode interferir diversamente na vida do ser humano, transformando a sociedade. Ainda, que a família deve se conscientizar da importância que é ser o alicerce da criança que ampara, principalmente a mãe, que tem papel fundamental desde os princípios da vida. Conclui-se com a apreciação da idéia principal: a Socialização Primária é o primeiro processo de absorção de informações, costumes, valores, ou seja, é o primeiro contato do indivíduo com o mundo, e, dessa forma, deve ser um processo ciente e responsável, para que a família cumpra seu papel social.

¹ Este artigo foi desenvolvido na Disciplina “Linguagens e Interpretações” durante o primeiro período do curso de Direito de 2015, sob a orientação da prof. Rachel Zacarias.

² Graduando do curso de Direito pelas Faculdades Integradas Vianna Júnior. camilabogador@gmail.com

³ Graduando do curso de Direito pelas Faculdades Integradas Vianna Júnior. isa.alme15@gmail.com

⁴ Graduando do curso de Direito pelas Faculdades Integradas Vianna Júnior. Graduando de Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Juiz de Fora. marcoholetz72@gmail.com

⁵ Graduando do curso de Direito pelas Faculdades Integradas Vianna Júnior. tfgomes@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE: SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA. PAPEL FEMININO. PAPEL FAMILIAR. INTEGRAÇÃO DO INDIVÍDUO. DELINQUÊNCIA.

INTRODUÇÃO

A socialização primária consiste no processo de construção social do homem, dessa forma, é a principal responsável pela apresentação das primeiras perspectivas do socializado e de sua primeira ideia de sociedade, que se baseia no ambiente exposto como base para suas opiniões e ações futuras, tendo como responsáveis por esse processo os familiares, denominados de “outros significativos”.

Diante disso, o objetivo geral deste estudo é analisar a relevância do papel da socialização primária com a integração do indivíduo no meio social, a fim de compreender as origens e razões dos distúrbios em sociedade, suas causas, conseqüências e impactos na sociedade brasileira contemporânea. Além disso, também se tem o intuito de analisar a atribuição histórico-social do mesmo com a figura feminina.

Para que se consiga uma melhor compreensão do leitor, dividiu-se este artigo em três partes. Na primeira, trataremos da socialização primária relacionada com a vivência em família, a alta carga emocional envolvida nessa etapa e a importância do ambiente familiar para a formação ética e moral da criança. No elemento seguinte, será analisada a essencialidade da existência de uma relação materna com a criança, principalmente devido aos aspectos psicológicos e emocionais envolvidos nessa questão. Na terceira, será analisada a responsabilidade das possíveis falhas no processo de educação, que podem gerar comportamentos

antissociais que culminam em fenômenos que importunam a sociedade, como o da prática de delitos.

Para esse fim, adotamos como ferramenta a pesquisa bibliográfica e tomamos como base de raciocínio as teorias de profissionais relacionados com a área de educação, Sociologia e Ciências Políticas. A escolha do tema justifica-se através da necessidade de entender até que ponto a deficiência na socialização primária pode causar impasses na sociedade contemporânea e quais seriam os mais decorrentes. Além disso, tem-se o intuito de analisar o papel da figura feminina nesse processo, salientando sua importância. Busca-se por meio desse artigo levar informação às pessoas sobre a origem de seus ideais, mostrando a influência dos “outros significativos” na vida de cada indivíduo.

1 A SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA E SUA RELAÇÃO COM A VIVÊNCIA EM FAMÍLIA

A socialização primária consiste na primeira espécie de socialização que o indivíduo experimenta, e por ser a primeira, traz consigo grande importância. Essa etapa da vida do indivíduo é o primeiro procedimento de incorporação de valores que possibilitam a inserção do indivíduo em sociedade. De acordo com Luiz Alves de Fraga (2013), a primeira parte deste processo é dada já nos primeiros anos de vida, nos quais se integram as regras básicas de convívio necessárias à vida social. Nesta fase, o principal agente de socialização, isto é, o meio por intermédio das regras a integrar é a família.

É relevante ressaltar a alta carga emocional envolvida nessa etapa entre os familiares, também conhecidos como “outros significativos”, e as crianças. Para o referido autor, a família é o primeiro lugar em que se dá o desenvolvimento das

capacidades e para a aquisição dos comportamentos, valores e atitudes. Segundo o professor José Luiz de Paula (2015):

A socialização primária não envolve apenas aprendizado cognitivo (inerente ao raciocínio): implica também alto grau de emoções. Daí surge a identificação da criança com seus “outros significativos”: ela absorve seus papéis e atitudes, interiorizando-os. Toda criança recebe um mundo social “filtrado” pelos seus familiares (os “outros significativos”). Essa “filtragem” tem a ver com a localização social e com as biografias de cada um dos adultos encarregados de sua socialização primária.

O ambiente familiar é imprescindível para a formação ética e moral da criança, e, portanto, para a inserção do indivíduo na sociedade. Os familiares exercem papel crucial dentro desse processo basilar de ensino, e conforme Jerusa Vieira Gomes (1994) não somente com formas de ensinamento direto, mas também com o estabelecimento de verdadeiros modelos de personalidade a serem seguidos. Em decorrência disso, a criança, diante de sua incapacidade crítica, estrutura um universo pessoal e privado de ideias exteriores. Ainda de acordo com José Luiz de Paula (2015), na socialização primária o indivíduo não escolhe seus “outros significativos”, pois esses lhe são dados e são os que estabelecem as “regras do jogo”. O mundo que é interiorizado durante esse processo é percebido como o único mundo existente, e não como um dentre outros possíveis. Essa percepção só virá mais tarde e ainda, segundo a professora Arlene Denise Bacarji (2013), a referência tomada pelo indivíduo como base para suas ações sempre será proveniente desta socialização primária, que nunca sairá mais de sua mente.

Diante da essencialidade e da complexidade de um processo de socialização primária digna, cabe-se afirmar que a deficiência desse pode gerar uma série de consequências, que, por sua vez, podem afetar o indivíduo ao decorrer de sua vida e, também, a sociedade. Para Maria Cidália Queiroz (2004, p.1):

Tomamos como objeto de reflexão [...] o problema da socialização primária mal sucedida por ter ocorrido em circunstâncias que não proporcionam a aquisição das disposições e conhecimentos indispensáveis a uma integração social, considerada nas suas três dimensões; econômica, simbólica e relacional.

Em referência a essa questão pode-se destacar a recorrente situação nas escolas; o questionamento por parte dos professores acerca da indisciplina dos alunos, que, por sua vez, pode ser atribuída a ineficiência da socialização primária. Ademais, tem-se, também, como agravante dessa problemática a estagnação dos pais em relação às mudanças sociais, aliado, ainda, ao aspecto geracional de imposição de uma cultura passada, muitas vezes não adequada ao contexto atual da sociedade. Dessa forma, cabe-se afirmar que o processo de interiorização ocorrido na socialização primária deve ser realizado de forma cautelosa, uma vez que, pode ser dado de forma inadequada.

Visto, portanto, o apego emocional existente entre a criança e os “outros significativos”, é primordial ressaltar que a personalidade da criança é formada a partir desse relacionamento, iniciado no nascimento. Com isso, conclui-se que um ambiente familiar harmonioso e saudável é decisivo na formação de uma personalidade favorável ao convívio social futuro, tendo em vista que, essa será influenciada por todos esses aspectos, possibilitando que a criança tenha ideias esclarecidas sobre a sociedade e uma conduta ideal para viver na mesma.

2 O PAPEL FEMININO NA SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA

No presente artigo, busca-se além de uma exploração dos aspectos relacionados ao papel da família como um todo, também a análise da essencialidade da existência de uma relação materna com a criança, principalmente devido aos aspectos psicológicos e emocionais envolvidos nessa questão. Isso se deve principalmente à figura materna sendo primordial dentro do processo de socialização

primária, principalmente no que tange as relações afetivas, extremamente necessárias e referentes a esse processo. Essa essencialidade da figura materna no início do processo de atribuição de valores necessários à criança não se dá somente ao aspecto tradicional de atribuição da mulher como gestante daquele indivíduo, mas também em aspectos comportamentais da criança, que, por sua vez apresenta sentimento de segurança na figura materna.

Por conseguinte, diante das necessidades psicológicas das quais a criança apresenta na figura materna, pode-se dizer que a mãe é de papel fundamental na formação da personalidade da criança e, também do adolescente. De acordo com Bowlby (1981) a figura materna é uma variável indispensável na construção de uma mentalidade cidadã que possa vir a ser apta ao convívio harmônico dentro das adversidades que serão provavelmente enfrentadas por esses indivíduos no futuro.

Ainda de acordo com a obra de Bowlby (1981), salienta-se a importância da figura materna e o seu relacionamento com a saúde mental. Nela a mãe é interpretada como necessária ao ponto de a ausência dessa poder causar transtornos mentais na criança ou adolescente, como a expressão de ódio nas condutas cotidianas.

Além disso, Bowlby demonstra em sua obra não só a necessidade da existência de uma figura materna para nortear os ideais e princípios a serem desenvolvidos pelas crianças e adolescentes no processo de socialização primária, mas também a essencialidade de eficácia desse processo. Isso se deve principalmente ao fato de que a simples existência de uma figura materna não representa um efetivo processo de educação daquela criança, uma vez que deve haver, principalmente por parte da mãe, um apego e uma dedicação rotineira e reiterada nos ensinamentos dados a seus filhos.

Entretanto, recorrentemente, sendo claro a influência da cultura passada, extremamente atributiva, a essencialidade do papel da mulher no processo de socialização dos filhos, muitas vezes é vinculada, não à genitora que deve

estabelecer laços afetivos e psicológicos com as crianças, e sim a uma questão natural, na qual a mulher deve zelar pelo ambiente doméstico; entretanto, essa questão está claramente relacionada ao machismo. Tal fato é presente no cotidiano das relações sociais, no qual concerne-se à mulher não só uma inferioridade e fragilidade, mas também, em decorrência dessas, o papel natural de cuidadora das crianças dentro ambiente doméstico. Essa visão machista é ressaltada por Karla Alves Carlos (2013) quanto cita as relações de gênero, demonstrando que as relações entre os sexos são desiguais, uma vez que se mantém a mulher submetida ao homem no domínio patriarcal.

Essa subjugação, conseqüente de processos históricos e, por conseguinte, de culturas passadas, é extremamente influente na falta de compreensão do verdadeiro papel da mulher na socialização dos filhos. Tais posturas apresentam resquícios até mesmo no mundo contemporâneo. Como exemplo temos o relacionamento exercido pelas propagandas, da mulher como genitora com a imagem de cuidadora do ambiente domiciliar. Tal perspectiva é extremamente contribuinte para a perpetuação dos valores culturais da mãe como naturalizada do ambiente familiar, e não como psicologicamente necessária para a criança. Assim como demonstrado por Bowlby (apud CARLOS, 2013)

A mãe é quem alimenta e limpa a criança, quem a mantém aquecida e que a conforta. É a ela que a criança recorre quando se sente aflita. Aos olhos da criança pequena, o pai desempenha um papel secundário, e seu valor cresce apenas à maneira que a criança se torna mais capaz de arranjar-se sozinha.

Com isso, conclui-se que existe uma notória relação entre o machismo ainda presente nas sociedades atuais com a atribuição do papel da mulher a mera função domiciliar, e, portanto, de proporcionar segurança aos filhos. Tal atribuição é comum, uma vez que muitas vezes é corroborada pela sociedade em si, que associa o comportamento adulto do indivíduo à sua vivência infantil e principalmente, ao seu relacionamento com sua mãe. Deve-se reavaliar o verdadeiro papel da mãe na socialização primária, representando papel além do estritamente relacionado à expectativa comum ao “papel feminino”, uma vez que é importante à vida do

indivíduo, não por fragilidade ou capacidade restrita, mas pela capacidade natural à maternidade.

3 A DELINQUENCIA COMO POSSÍVEL CONSEQUÊNCIA DA SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA

Para que o indivíduo se firme quanto ser social é necessário que o processo de socialização primária seja exitoso, pois a família é a base que será responsável pela formação da identidade dessa pessoa. Ainda, o contexto social no qual está inserida a família e, por conseguinte, a criança, poderá exercer influência significativa sobre a mesma, uma vez que a experiência nos mostra que há padrões comportamentais e morais repetidos de uma geração à outra, mesmo que de forma despropositada. Portanto, é possível notar que o indivíduo segue os padrões das normas e dos modelos interiorizados na fase de socialização primária e que esta interiorização, de acordo com Berger e Luckmann (2004, p. 176), pode determinar seu posicionamento perante a sociedade:

A criança das classes inferiores não somente absorvem uma perspectiva própria da classe inferior a respeito do mundo social, mas absorve esta percepção com a coloração particular que lhe é dada por seus pais (ou quaisquer outros indivíduos encarregados de sua socialização primária). A mesma perspectiva da classe inferior pode introduzir um estado de espírito de contentamento, resignação, amargor, ressentimento ou fervente rebeldia. Como consequência uma criança da classe inferior não somente irá habitar um mundo grandemente diferente do que é próprio da criança de uma classe superior, mas pode chegar a ter um mundo inteiramente diferente daquele da criança de classe inferior que mora na casa ao lado.

Levanta-se a questão, então, de que as possíveis falhas nesse processo de educação da pessoa e desconstrução de sua personalidade, como a privação total

ou parcial de cuidados maternos ou a ausência de referência familiar duradoura, podem ser responsáveis por uma estrutura psíquica e emocional abaladas, gerando comportamentos antissociais que culminam em fenômenos que importunam a sociedade, como o da prática de delitos. A desobediência às leis, segundo Bowlby (apud SANTANA, 2013) representa:

Um sintoma caracterizado por uma dificuldade na capacidade de estabelecer as relações de vínculo afetivo, devido a uma falha ocorrida num determinado momento do período do desenvolvimento infantil e em virtude da convivência dentro de um ambiente familiar desfavorável.

O praticante do delito, então, traria consigo de alguma forma a experiência que vivenciou na infância. Existiria ainda, de acordo com Trindade (apud RODRIGUES, 2015), o marco da identificação com o progenitor do mesmo sexo, pois, de acordo com o referido autor, “é a partir desta identificação que se desenvolve a personalidade do ser, para que este venha a ser como ele ou ela é”. Dessa maneira, pode-se considerar a idéia de que o indivíduo além de ser influenciado por sua família e pelo meio em que convive também o é por seu cuidador direto do mesmo sexo. Diante do exposto, infere-se que experiências positivas e carregadas de cuidados proporcionais à idade da criança gerarão bons frutos, assim como que as experiências negativas como o abandono ou os maus tratos possivelmente deixarão traumas.

É interessante notar também as práticas infracionais que ocorrem na própria infância (até o 12º ano incompletos segundo o ECA), que evidenciam essa concepção de que a falta dos cuidados e interações primordiais da socialização primária podem impulsionar a formação da personalidade deficiente; entendendo como características de tal personalidade a “baixa auto estima, agressividade acentuada, frustrações, dificuldades de estabelecer vínculos afetivos e de aceitar as normas e regras sociais, apresentando uma ameaça para si e para a sociedade

Leal, 1998 (apud SANTANA, 2013). Para reforçar essa idéia, de acordo com Bowlby (1981, p. 35):

Os estudiosos constataram que as crianças que cometeram diversos crimes, que pareciam não ter sentimento por ninguém e com as quais era muito difícil lidar, tinham tido um relacionamento profundamente perturbado com suas mães nos primeiros anos de vida. O roubo contumaz, a violência, o egoísmo e a má conduta sexual são algumas de suas características menos agradáveis.

Partindo do pressuposto de que o sujeito agente de delitos deverá ser ressocializado para bem estar próprio e coletivo, levanta-se a questão apresentada por Baratta (apud RODRIGUES, 1999), de que antes de se falar em medidas de ressocialização, é imprescindível que se socialize e eduque de forma adequada. O referido autor ainda dispõe que a população carcerária em grande parte provém de “zonas de marginalização social, caracterizada por defeitos que incidem primeiramente sobre a socialização primária”.

CONCLUSÃO

A análise acerca dos processos relacionados a socialização primária permite, portanto, chegar à conclusão de que para que seja eficaz, devem existir alguns fatores essenciais. Dentre esses fatores, podem-se destacar principalmente a questão do ambiente e contato familiar propícios para a execução de um processo digno de instrução de valores da criança, por meio da imagem dos outros significativos; a imprescindibilidade da imagem materna nesse processo, uma vez que exerce uma função extremamente relacionada ao psicológico do indivíduo, e, a compreensão da possibilidade da delinqüência como fruto de uma socialização primária debilitada.

No primeiro item, conclui-se que o vínculo sentimental entre a criança e os “outros significativos” é formador de sua personalidade, processo iniciado no nascimento. Logo, tem-se que um ambiente familiar saudável é primordial na formação de uma personalidade favorável ao convívio social futuro, visto que essa será influenciada por esses aspectos, possibilitando que a criança tenha idéias esclarecidas sobre a sociedade e uma conduta ideal para viver na mesma.

No segundo, conclui-se que existe uma notória relação entre o machismo ainda presente nas sociedades atuais com a atribuição do papel da mulher a mera função domiciliar. Entretanto, deve ser reavaliado o verdadeiro papel da mãe na socialização primária, representando papel além do estritamente relacionado à expectativa comum ao “papel feminino”, uma vez que é essencial à vida do indivíduo, por sua atribuição de cuidados e segurança.

No terceiro, para finalizar, conclui-se que o praticante do delito traz consigo de alguma forma alguma experiência que vivenciou na infância. Logo, para que o indivíduo se firme quanto ser social é necessário que o processo de socialização primária seja exitoso, pois a família é a base que será responsável pela formação da identidade dessa pessoa.

Por fim, o trabalho desenvolveu a importância de uma socialização primária eficaz para que o indivíduo possa se integrar em sociedade; não somente em sua formação cidadã e moral, mas também como forma de evitar a possibilidade ampliada de envolvimento com a criminalidade. Para que essa seja eficaz, é necessária uma família devidamente estruturada e amorosa para com a criança. Dessa forma, o indivíduo terá também sua base mental bem fundamentada, e assim, poderá ser um cidadão de bem.

REFERÊNCIAS

BACARJI, Arlene Denise. **A re-institucionalização da igreja**. Disponível em:<http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0921546_2013_completo.pdf>.

Acesso em: 09 jun. 2015.

BERGUER, Peter. e LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: Tratado de sociologia do Conhecimento**. 24. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOWLBY, John. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

CARLOS, Karla Alves. **Metas de Socialização e práticas parentais em famílias com diferente número de filhos**. Disponível em:<<http://www.cchla.ufpb.br/ppgps/pdf/dissertacoes/2012/Karla%20Alves%20Carlos%202012.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

FRAGA, Luís Alves de. **Socialização e Enculturação**. Disponível em:<<http://aiesct.blogspot.com.br/2013/10/socializacao-e-enculturacao.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

GOMES, Jerusa Vieira. Socialização primária: Tarefa familiar? **Caderno de Pesquisas**. São Paulo, n. 91, p. 54-61, 1994.

PAULA, José Luiz de. Apostila : **a construção da identidade social**. 2015.

QUEIROZ, Maria Cidália. **Socialização Primária e Exclusão Social**: que tipo de organização pode gerar a mudança cultural. Disponível em:<<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaCidaliaQueiroz.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

RODRIGUES, José. **O paradigma da (res)socialização sob a perspectiva do sistema carcerário brasileiro.** Cajazeiras, sem ano. Disponível: < www.fescfatic.edu.br > Acesso em: 07 de maio 2015.

SANTANA, Karina. **A Privação do Vínculo Afetivo Materno pode contribuir para o Ato Infracional do Adolescente na Atualidade?** Itabuna, 2013. Disponível em: < www.psicolegado.com > Acesso em: 07 de maio 2015.